

## 2 Pressupostos teóricos

O referencial teórico deste trabalho se baseia nos seguintes conceitos: cultura; comunicação intercultural; competência comunicativa e intercultural; estereótipos, ou generalizações culturais, construídos sobre determinados membros de um grupo. Neste capítulo, buscaremos assentar esse arcabouço teórico e ainda apresentaremos alguns aspectos da cultura brasileira referentes à proximidade nas relações sociais e à noção de indivíduo e pessoa.

No que se refere ao conceito de cultura, mostraremos algumas definições e considerações de Duranti (1997), Boas (1911, 1963, 2004), Geertz (1973, 1989), Lévi-Strauss (1963a, 1963b, 1978), Bourdieu (1977, 1990), Sapir (1954), DaMatta (1987), Elgin (1999), Laraia (2001), Tylor (1871), Kroeber (1949, 1950), Hall & Hall (1990), Scollon & Scollon (1995), Singer (1987), Trompenaars & Hampden-Turner (1998), Hofstede (1991, 2003) e Santos (1994).

Com base nos estudos de Bennett (1993), Hall & Hall (1990), Ting-Toomey (1999) e Banks, Ge & Baker (1991), será abordada também a comunicação intercultural, apontando implicações em relação ao processo ensino-aprendizagem de LE<sup>1</sup>. Além disso, serão utilizados posteriormente, na tese, os conceitos de competência comunicativa de Hymes (1972), Costes (2002) e Rebelo (2006), intercultural de Byram (1990, 1997, 2001) e de Berwig (2004), e cultural de Kramersch (2004a, 2004b).

Os estereótipos terão como referência Pereira (2002), Barna (1998), Bennett (1993), Stewart & Bennett (1991), Brown (2000), El-Dash & Busnardo (2001), Santos (2002), Scollon & Scollon (2001) e Tusting & Crawshaw & Callen (2002).

Acrescentam-se ainda considerações a respeito de alguns aspectos da cultura brasileira, especialmente debatidos por DaMatta (1997a, 1997b, 2000), Harrison (1983), Holanda (2001) e Meyer (1999, 2001, 2005).

---

<sup>1</sup> “Língua que se adquire depois da materna (ou primeira) em um ambiente onde ela não é usada em situação de comunicação natural, ou seja, em ambiente de sala de aula.” (SAVEDRA & HEYE, 1996, p. 82).

## 2.1 Conceito de cultura

Para discutirmos o conceito de cultura, é necessário assinalar que há diferentes concepções desse termo e que elas podem ser, eventualmente, controversas. Em consequência, a noção de cultura é criticada com veemência por alguns autores que acham certos conceitos ora abrangentes, ora reducionistas (DURANTI, 1997). Isso significa dizer que os conceitos de cultura de abordagem muito abrangente podem simplificar complexidades sociais de uma determinada cultura a meras caracterizações e, ainda, que o julgamento precipitado de um membro de uma dada cultura pode simplificar características importantes de um grupo.

Com o intuito de apresentar uma visão dos antropólogos a respeito das diferentes teorias de cultura, Duranti (1997), em sua obra “Linguistic anthropology”<sup>2</sup>, enumera seis propostas teóricas do conceito sobre cultura nas quais a língua desempenha um papel especialmente relevante.

A primeira proposta mostra a cultura como um comportamento do homem que se opõe à natureza, ou seja, a cultura é aprendida, transmitida de geração para geração, seguindo modelos de ações humanas, muitas vezes através da interação face a face. Esse conhecimento sobre cultura vai de encontro àquele que considera o comportamento humano como produto da natureza. Um dos estudiosos que defendiam a oposição entre cultura e natureza era o americano Franz Boas (1911, 1963); para esse autor, a cultura poderia ser conceituada como a totalidade das atividades e reações mentais e físicas que caracterizam o comportamento dos indivíduos que compõem um grupo social, coletiva e individualmente, em relação a seus ambientes naturais, a outros grupos, a indivíduos do próprio grupo e em relação a si mesmos. Ainda segundo a concepção boasiana, “cultura tem como fundamento um relativismo de fundo metodológico, baseado no reconhecimento de que cada ser humano vê o mundo sob a perspectiva da cultura em que cresceu [...]” (BOAS, 2004, p. 18). Portanto, para o autor citado, o pesquisador em Antropologia deveria sempre relativizar suas noções em consequência de sua vivência com a cultura ocidental.

---

<sup>2</sup> Livro “Antropologia Lingüística”

Quanto à segunda proposta, pode-se dizer que trata a cultura como conhecimento (KEESING, 1972; FRAKE [1962] 1969); isso quer dizer que os indivíduos que compartilham uma mesma cultura não só têm de saber determinados fatos ou mesmo reconhecer objetos, lugares e pessoas, como também devem compartilhar determinados padrões de pensamento, percepções sobre o mundo, fazer deduções e previsões semelhantes. Segundo Ward Goodenough ([1957] 1964), a cultura deve consistir no produto final do aprendizado: o conhecimento, com um sentido mais geral, senão relativo. Para esse autor, devemos perceber a cultura não como um fenômeno material; nem como coisas, pessoas, comportamentos nem emoções. É, na realidade, uma organização de todas essas coisas.

Ainda em relação à segunda proposta, denominada de abordagem cognitiva de cultura, o corpo de conhecimento necessário para a participação competente em uma comunidade inclui tanto o conhecimento proposicional quanto o conhecimento processual. O conhecimento proposicional refere-se às crenças que podem ser representadas pelas proposições, tais como “gatos e cachorros são animais”, “fumar faz mal à saúde”, e o processual está relacionado aos procedimentos, ou seja, a sequências determinadas de atos. Por exemplo, para dirigir um carro, é necessário não somente conhecer as partes desse carro, mas também saber como acelerar e parar ao conduzi-lo. Os antropólogos cognitivos afirmam que é preciso compartilhar o conhecimento proposicional e normas de inferência, procurando saber se determinadas proposições são verdadeiras ou não. Entretanto, deve-se salientar que, além disso, é preciso adicionar o conhecimento processual para se realizarem atividades como cozinhar, atender ao telefone, pedir um favor, etc.

No que se refere à terceira proposta teórica de cultura, podemos afirmar que é uma visão que sustenta a cultura como comunicação. Nessa perspectiva, a cultura é uma representação do mundo, um modo de ver sentido na realidade, tendo como finalidade as histórias, mitos, descrições, teorias, produtos e apresentações artísticas, entre outras. Um dos antropólogos que adotam esse posicionamento de cultura é Claude Lévi-Strauss (1963a, 1963b, 1978). De acordo com o autor, parte-se do princípio de que a mente humana é igual em todos os lugares, e as culturas são implementações diferentes das propriedades de

pensamento lógicas, abstratas e básicas; implementações essas que são compartilhadas por todos os humanos e adaptadas a condições de vida específicas.

Ainda levando em consideração a cultura como comunicação, temos os estudos de Geertz (1973, 1989) e sua abordagem interpretativa. O autor procura as semelhanças subjacentes entre as culturas, com o seu interesse voltado para desenvolver um método de investigação que destaque a característica de processo interpretativo da experiência do ser humano. O intuito de Geertz (1973, 1989) era encontrar formas de entender as culturas humanas, e não tentar explicá-las por meio de teorias casuais que utilizam as leis gerais de comportamento.

A quarta proposta teórica trata a cultura como um sistema de mediação (MARX, 1906; ROSSI-LANDI, 1970). Os objetos de mediação são aquelas ferramentas que estão entre o usuário e o objeto de seu trabalho. Nessa visão, os instrumentos de trabalho são ferramentas que o homem pode utilizar para controlar o meio e produzir recursos. Nesse caso, a cultura irá organizar o uso desses objetos em tarefas determinadas, como na caça, na cozinha e na construção, entre outras.

A cultura como um sistema de práticas constitui a quinta proposta teórica sobre a noção de cultura e tem a ver com o movimento intelectual denominado como pós-estruturalismo. Bourdieu (1977, 1990) não entende a língua como um sistema autônomo, mas como um sistema que é ativamente definido por processos sócio-políticos, incluindo instituições burocráticas como escolas. Segundo o autor, não se pode falar em língua sem levar em conta as condições sociais que determinam sua existência, ou seja, a língua é em si um conjunto de práticas que implicam, além de um sistema particular de palavras e regras gramaticais, uma “batalha” muitas vezes esquecida ou escondida sobre o poder simbólico de uma forma particular de comunicação, com sistemas particulares de formas de classificação, direção e referência, léxicos especializados e metáforas (para política, medicina e ética).

A sexta proposta teórica de Duranti (1997) diz respeito à cultura como um sistema de participação. Essa idéia está ligada à cultura de práticas e tem como base a pressuposição de que qualquer ação no mundo tem uma qualidade intrinsecamente social, coletiva e participativa.

Duranti (1997) afirma que a noção de cultura é muito complexa, mas que cada uma dessas teorias seleciona um aspecto lingüístico particular, contribuindo,

portanto, para nossa compreensão de/da cultura como um fenômeno na sua complexidade. Isto é, todas as teorias seguem uma linha diferente de pesquisa, porém formam uma ordem ampla para o estudo da cultura e para a análise da língua como uma ferramenta conceitual e social, produto e instrumento de cultura.

Elgin (1999, p. 27, grifo do autor) define cultura como "the *sum* of all the things that make up the way a group of people live their lives: how they dress, work, eat, study, raise children, respond to illness, create art, worship, play, argue, make love, function within family, perceive time and space, and so on"<sup>3</sup>. Desse modo, pode-se afirmar que a autora considera a cultura como todos os comportamentos de convivência do indivíduo.

Laraia (2001) traça a trajetória do conceito de cultura, evidenciando como as explicações acerca desse termo são diversificadas e geraram uma série de definições ao longo dos séculos e anos. O autor afirma que um dos primeiros estudiosos a definir cultura do ponto de vista antropológico foi E. Tylor em "Primitive Culture"<sup>4</sup>, de 1871. Para Tylor (1871 apud LARAIA, 2001, p. 28), a cultura seria "todo comportamento aprendido, tudo aquilo que independe de uma transmissão genética".

Laraia (2001) menciona ainda a contribuição de Kroeber (1949; 1950) para o alargamento do conceito de cultura e lista uma série de pontos que ampliaram a definição:

1. A cultura, mais do que a herança genética, determina o comportamento do homem e justifica as suas realizações.
2. O homem age de acordo com seus padrões culturais. Os seus instintos foram parcialmente anulados pelo longo processo evolutivo por que passou.
- .....
5. Adquirindo cultura, o homem passou a depender muito mais do aprendizado do que a agir através de atitudes geneticamente determinadas.
6. Como já era do conhecimento da humanidade, desde o Iluminismo, é este processo de aprendizagem (socialização ou endoculturação, não importa o termo) que determina o seu comportamento e sua capacidade artística e profissional.
7. A cultura é um processo acumulativo, resultante de toda experiência histórica das gerações anteriores... (LARAIA, 2001, p.48-49).

<sup>3</sup> O resumo de todas as coisas que caracterizam como um grupo de pessoas que vivem suas vidas: como se vestem, trabalham, comem, estudam, educam seus filhos, reagem às doenças, criam arte, louvam a Deus, brincam, discutem, fazem amor, funcionam dentro da família, percebem o tempo e o espaço, etc.

<sup>4</sup> "Cultura Primitiva"

Levando em consideração os conceitos apresentados, ressaltamos que a cultura é retratada de maneiras diversas, logo, deve-se escolher cuidadosamente o enfoque a ser dado ao termo. Laraia (2001, p. 68) considera que “o modo de ver o mundo, as apreciações de ordem moral e valorativa, os diferentes comportamentos sociais e mesmo as posturas corporais são assim produtos de uma herança cultural, ou seja, o resultado da operação de uma determinada cultura” e conclui que indivíduos de culturas diferentes podem ser facilmente reconhecidos por uma gama de características, a saber, a maneira de agir, vestir, comer, sem mencionar as diferenças linguísticas propriamente ditas.

Ao falar em cultura, Hall e Hall (1990, p.3) afirmam que “culture can be likened to giant, extraordinary complex, subtle computer. Its programs guide the actions and responses of human beings in every walk of the life”<sup>5</sup>. Os autores dizem ainda que cada cultura terá diferenças individuais e apresentam categorias para a descrição dos povos; uma delas está relacionada ao tipo de relação que pode ser observada com o contexto e que é por eles dividida nas designações: “low context”<sup>6</sup> e “high context”<sup>7</sup>. Essas designações serão explicadas posteriormente neste estudo.

Trompenaars & Hampden-Turner (1998) afirmam que a cultura possui duas camadas. Uma dessas camadas, a externa, corresponderia aos produtos explícitos, ou seja, uma cultura explícita observada na realidade da linguagem, da comida, das construções, dos monumentos, da agricultura, do santuário, das vendas, moda e arte – símbolos de um nível mais profundo de cultura. Além disso, possui também uma camada interna, composta por normas e valores de um grupo, o sentimento comum de um grupo sobre o que é certo e errado, a que aspiramos ou como desejamos nos comportar. Essa camada pode-se desenvolver em nível formal, como as leis escritas, e em nível informal, como o controle social, e está relacionada, ainda, aos ideais partilhados pelo grupo.

Os autores supracitados ainda caracterizam os tipos de manifestações de cultura em específicos e difusos. As culturas consideradas específicas são aquelas que dividem o espaço público do espaço privado, o tratamento racional do afetivo. Nessas culturas, as pessoas creem que existem momentos, lugares e espaços para

---

<sup>5</sup> Cultura pode ser comparada a um computador gigante, extraordinariamente complexo e refinado. Seus programas guiam as ações e as respostas dos seres humanos em diversas situações.

<sup>6</sup> Contexto baixo

<sup>7</sup> Contexto alto

o racional e momentos, lugares e espaços para o afetivo; isso significa dizer que há nitidamente uma separação entre a vida pública e vida privada. Já as culturas difusas não separam o público do privado, nem o racional do afetivo. Os dois espaços estão entrelaçados. Em culturas difusas, é importante evitar a perda da face demorando-se mais tempo em chegar ao ponto. Por isso, a diretividade pode representar um insulto. O princípio da perda da face está relacionado ao que acontece quando algo que as pessoas percebem como privado se torna público. Desse modo, a estratégia utilizada nesse tipo de cultura é a da indiretividade verbal, comportamento necessário para evitar a confrontação, porque é impossível para os participantes não tomarem as coisas pessoalmente (TROMPENAARS & HAMPDEN-TURNER, 1998).

Hofstede (1991; 2003) adota uma abordagem cognitiva ao conceituar cultura como uma “programação coletiva mental” que distingue os membros de um grupo ou categoria de pessoas de outros. O autor desenvolveu sua pesquisa (dados coletados junto a funcionários da IBM, em 53 países) partindo de dimensões culturais estabelecidas segundo os parâmetros da Antropologia Social: distância de poder; coletivismo/individualismo; feminilidade/ masculinidade; ansiedade fraca ou forte face à incerteza. Ainda em relação à definição de cultura, Hofstede (2003) afirma que a palavra cultura é empregada de forma reservada para a sociedade.

No que tange à noção de cultura, podemos, ainda, utilizar um dos conceitos apresentados por Scollon & Scollon (1995, p. 139), que diz que, nos estudos que envolvem a comunicação intercultural, a palavra cultura, em sentido antropológico, representa “any of the customs, worldview, language, kinship system, social organization, and other taken-for-granted day-to-day practices of a people which set that group apart as distinctive group.”<sup>8</sup> Além disso, afirmam que a cultura pode ser considerada qualquer comunicação ou mesmo comportamento que identifiquem um grupo de pessoas de forma distintiva e também a própria organização interna dos membros desse grupo. Os autores acima mencionados ainda apresentam alguns fatores que compõem os aspectos culturais que estão relacionados à comunicação intercultural; são eles: ideologia, socialização, formas

---

<sup>8</sup> Qualquer costume, visão de mundo, linguagem, sistema de parentesco, organização social e outras práticas diárias comuns de um povo que diferem de outro grupo.

de discursos e comunicação não-verbal. Esses aspectos serão trabalhados posteriormente.

Cabe, outrossim, igualmente destacar as duas concepções básicas apresentadas por Santos (1994): a primeira remete a todos os aspectos de uma realidade social, ou seja, tudo aquilo que caracteriza a existência social de um povo ou nação; a segunda concerne mais especialmente ao conhecimento, às ideias e às crenças de um povo, como também ao modo como ele existe. Esta segunda concepção está relacionada à própria língua de um país, à literatura, ao conhecimento filosófico, científico e artístico. Para o autor (1994, p. 46-47), falar sobre cultura “implica sempre discutir o processo social concreto.” Santos (1994) afirma ainda que a cultura não é algo estático ou estanque, pois faz parte de uma realidade onde a mudança é um fator essencial. Com isso, o autor assevera que as tradições culturais são identificáveis, é que, no entanto, elas podem-se transformar ao longo do tempo, como, por exemplo, o carnaval brasileiro, que, se comparado, reconheceremos que se transformou. Segundo Santos (1994), embora as tradições culturais possam ser identificadas e diferenciadas de outras, isso não significa que não se modifiquem, que não se dinamizem.

Desse modo, percebemos que o estudo da cultura deve ser refletido e analisado sob uma perspectiva mais dinâmica e comprometida com a diversidade dos povos, visto que o etnocentrismo, apesar de ser encontrado em qualquer cultura, pode “transformar-se em uma condição negativa e se tornar destrutivo quando é usado para excluir e fornecer as bases para avaliações depreciativas, oferecendo assim resistências às mudanças, dando origens aos estereótipos” (BERWIG, 2004, p. 17.). Por isso, devemos ter atenção à construção de estereótipos culturais, especialmente porque podem atrapalhar os Estudos Culturais, deturpando ou formando pré-julgamentos sobre uma determinada cultura.

Com efeito, neste estudo, adotaremos a noção de cultura proposta por Scollon & Scollon (1995) que consideram a cultura como qualquer aspecto das ideias, das comunicações ou dos comportamentos de um grupo de pessoas que lhes dá uma identidade distintiva. Assim, reconhecemos que o conceito de cultura que é empregado neste trabalho tem relação direta com os vários aspectos de uma descrição cultural (língua, sistema social, comportamentos, etc), principalmente com aqueles que interferem na comunicação intercultural.



## 2.2 Comunicação Intercultural

Inicialmente, vale ressaltar que a necessidade de entendimento de povos de língua e cultura diferentes é uma das preocupações dos estudos sobre comunicação intercultural. Num mundo globalizado, o contato pessoal, profissional e casual entre pessoas de culturas diversas é bastante comum, por isso o (re)conhecimento da diversidade cultural faz com que o indivíduo interaja de forma mais respeitosa e eficiente. (TING-TOOMEY, 1999)

Para Bennett (1993), a comunicação intercultural é aquela que se dá entre pessoas de culturas diferentes. Ele diz ainda que culturas são diferentes em suas línguas, padrões comportamentais e valores.

O autor considera que a cultura está dividida em dois tipos: o primeiro seria a cultura objetiva (Instituições de cultura), que está relacionada à História, à Literatura, à Arte, à Música e também ao sistema social, econômico, político e lingüístico. O segundo tipo seria a cultura subjetiva, que se refere ao comportamento, à religião, às regionalidades e à classe sócio-econômica, entre outros aspectos.

Bennett (1993) ressalta que o conhecimento da cultura subjetiva ajuda na competência intercultural (termo que será definido mais adiante) do aluno e que o estudo apenas da cultura objetiva é restritivo. Na realidade, o que ele quer demonstrar é que a cultura subjetiva está ligada diretamente às peculiaridades que definem um grupo de pessoas: padrões de percepção, comportamentos, valores na interação.

Logo, as dificuldades que aparecem nos eventos de comunicação intercultural explicam-se especialmente pelo fato de que a ênfase dos processos de ensino-aprendizagem de uma LE, tradicionalmente, coloca-se sobre a cultura objetiva. Portanto, pode-se constatar que as informações sobre esse tipo de cultura não são suficientes para uma comunicação eficaz entre indivíduos de línguas/culturas diferentes, já que não incluem o ponto de vista interacional, que abrange os fatores psicológicos, sociais e os comportamentos diários dos integrantes de um grupo social.

Seguindo a visão interculturalista, Bennett (1998) diz que a educação internacional tradicional e multicultural<sup>9</sup> tende a focar mais o modo objetivo do processo de aprendizagem. Já no processo da comunicação intercultural, focaliza-se exclusivamente o modo subjetivo. Em relação aos interculturalistas, afirma o autor ainda:

[...] are concerned with ‘language use’ in cross-cultural<sup>10</sup> relationships, rather than in linguistic structure. They study how language modified or supplanted by culturally defined ‘nonverbal behavior’, how cultural patterns of thinking are expressed in particular ‘communication styles’, and how reality is defined and judged through cultural ‘assumptions and values’<sup>11</sup>. (BENNETT, 1998, p.4, grifo do autor.)

Podemos exemplificar com a forma como os brasileiros se relacionam, estabelecendo, de certo modo, graus de afetividade entre os indivíduos e proximidade entre os corpos, o que pode representar, para indivíduos de outras culturas, algo negativo num evento intercultural. Para autores como DaMatta (2000), Holanda (1995) e Meyer (2001), ao interagir com alguém o brasileiro sente a necessidade de criar laços de afetividade com o outro, através da proximidade e da pessoalidade.

Hall & Hall (1990) dividem a cultura em dois tipos de comunicação. A primeira é a comunicação de tipo “low context”, em que as pessoas procuram detalhar as informações compartilhadas, isto é, a maior parte da informação é transmitida pelo código lingüístico. Os americanos, alemães, suíços, escandinavos e norte-europeus são, para os autores, indivíduos que se enquadram nesse tipo de comunicação. Cabe salientar ainda que esses povos tendem a compartimentalizar suas relações pessoais, seu trabalho e alguns aspectos do dia-a-dia.

Em contrapartida, na comunicação de tipo “high context”, as pessoas não detalham as informações, pois, nesse tipo de comunicação, as informações são partilhadas por todos e estão presentes, portanto, no contexto extraverbal. São exemplos de culturas em que predomina esse tipo de comunicação a japonesa, a

<sup>9</sup> Expressão utilizada por Bennett (1993) - Traduzida

<sup>10</sup> Kramsh (2004b, p. 81) trata o termo “cross cultural” como intercultural.

<sup>11</sup> [...] estão preocupados com o uso da linguagem em relacionamentos interculturais ao invés de estruturas lingüísticas. Eles estudam como a língua foi modificada ou suplantada por comportamentos não-verbais culturalmente definidos, como os padrões culturais de pensamento são expressos em certos estilos de comunicação e como a realidade é definida e julgada através de valores e posições culturais.

árabe e a mediterrânea. Além delas, temos ainda a brasileira, que pode se enquadrar perfeitamente nesse tipo de comunicação. (HALL & HALL, 1990).

Para Bennett (1993, p. 17), que também discute essa divisão de cultura, há algumas línguas que enfatizam a linguagem verbal, ou seja, existem culturas que são mais digitais – “low context”. Ainda segundo o autor, a linguagem é digital quando “words symbolize categories of phenomena in the same arbitrary way that on/off codes symbolize numbers and operations in a computer”<sup>12</sup>.

Paralelamente, outras línguas destacam as representações analógicas – “high context”. Essas representações podem ser experimentadas diretamente como, por exemplo, em vez de dizer “eu te amo” – linguagem digital, mostraremos nosso sentimento através de um olhar ou um toque, comportamentos não verbais – linguagem analógica. Diz ainda Bennett (1993, p. 17):

In both high- and low-context cultures, all verbal messages in face-to-face interpersonal communication are accompanied by nonverbal behavior which provides an analogic background for digital words. Voice, gestures, eye contact, spacing, and touching all provide direct analogic expressions of emotion that modify (in low context) or supplant (in high context) the verbal message. [...] so understanding the more important nonverbal aspects of communication is vital to an overall comprehension of intercultural events.<sup>13</sup>

No mesmo sentido, Ting-Toomey (1999) e Banks, Ge & Baker (1991) adotam dois tipos de cultura semelhantes aos apresentados por Bennett (1993). O primeiro compreende as culturas de alta contextualização na comunicação, que tendem a recorrer mais ao contexto, isto é, as intenções dos falantes não seriam postas explicitamente, precisando de elementos do contexto situacional e do canal não verbal (pausas, silêncios, tom de voz) para serem mais bem compreendidas. Uma das características das culturas de alta contextualização seriam os padrões de indiretividade verbal, a minimização do *self*. Nesse tipo de cultura, a interpretação da mensagem pode-se dar “nas entrelinhas” e também através da observação do

<sup>12</sup> Palavras simbolizam categorias de fenômenos do mesmo jeito arbitrário que códigos on/off simbolizam números e operações em um computador.

<sup>13</sup> Tanto na cultura de contexto alto quanto na de contexto baixo, todas as mensagens verbais em comunicação interpessoal face a face são acompanhadas por comportamentos não verbais que fornecem um conhecimento analógico para palavras digitais. Vozes, gestos, contato visual, espaço e toque tudo isso fornece expressões analógicas diretamente de emoção que modificam e suplantam (no contexto alto) a mensagem verbal. [...] sendo assim, entender os mais importantes aspectos não verbais da comunicação são vitais para a compreensão geral dos eventos.

comportamento não verbal. Podemos dizer que se assume mais informação partilhada e se transmite menos informação.

Já as culturas de baixa contextualização não recorrem tanto ao contexto. As intenções ou significados dos falantes são mais bem expressos por mensagens verbais explícitas. Essas culturas seriam caracterizadas pelos padrões de diretividade verbal. Espera-se que o falante seja claro e que o ouvinte possa decodificar a mensagem facilmente. Há, portanto, menos informação partilhada, e os valores são orientados para o falante, que tem como responsabilidade se comunicar com clareza.

Pelo que foi exposto acima, podemos relacionar os dois tipos de cultura discutidos por Ting-Toomey (1999) e Banks, Ge & Baker (1991): alta contextualização e baixa contextualização, com aqueles adotados por Hall & Hall (1990) e Bennett (1993), respectivamente “high context” e “low context”.

Ainda sobre a comunicação intercultural, temos os estudos de Ting-Toomey (1999), que apontam a necessidade de uma compreensão dos povos a partir de uma ótica que contemple a variedade cultural e étnica. A autora fala das questões que envolvem as novas configurações do mundo em que vivemos, principalmente aquelas relacionadas às que envolvem diretamente o contato e a interação entre pessoas de diversas culturas, mostrando, dessa forma, a importância dos estudos sobre comunicação intercultural, principalmente pelos problemas causados pelos mal-entendidos e conflitos.

Em relação à comunicação intercultural, podemos considerar também a definição de Ting-Toomey (1999, p.17): “symbolic exchange process whereby individuals from two (or more) different cultural communities negotiate shared meanings in interactive situation”<sup>14</sup>. Para a autora, o processo de encontro intercultural deve levar em consideração as características que dizem respeito às trocas simbólicas, aos processos, às negociações de significados compartilhados e que são influenciadas por fatores inerentes às diferenças culturais existentes entre as comunidades a que pertencem os interlocutores envolvidos na situação de interação e à situação propriamente dita.

A primeira característica concerne ao emprego de símbolos verbais e não verbais entre indivíduos. Os primeiros símbolos se referem aos aspectos digitais

---

<sup>14</sup> Processo de troca simbólica pelo qual indivíduos de duas ou mais comunidades de diferentes culturas negociam significados compartilhados em uma situação interativa.

de uma mensagem, ou seja, ao conteúdo de informações que o falante passa para o ouvinte. Já os segundos estão relacionados aos aspectos analógicos que também se fazem presentes nas mensagens verbais.

A segunda característica (os processos) está ligada concomitantemente à codificação e à decodificação de trocas de mensagens, isto é, ao modo como o processo de enviar e receber mensagens determina significados que devem ser compartilhados.

No que se refere à negociação de significados compartilhados, observa-se, nessa característica, a importância de a mensagem transmitida ser entendida, ou seja, a importância de os significados compartilhados no processo de comunicação ou na troca de mensagens serem ou não bem compreendidos.

A diversidade das comunidades culturais existe em decorrência da diferença de crenças, dos valores compartilhados por um grupo, da própria geografia do lugar e também dos modos de vida de determinado grupo.

A última característica diz respeito à cena interacional, que inclui tanto os fatores concretos quanto os psicológicos. Burgoon, Buller e Woodall (1996, p.193 apud Ting-Toomey, 1999, p.20-21) dizem que uma situação interativa apresenta alguns componentes, como elementos comportamentais (verbais e não-verbais); objetivos e motivações dos participantes; regras de comportamentos; diferentes papéis que as pessoas precisam desempenhar; composição física e equipamentos, concepção cognitiva; e habilidades sociais relevantes.

A partir desses componentes, podemos constatar que uma situação interacional engloba significados que precisam ser conhecidos pelos participantes com a finalidade de que se minimizem os conflitos, ou mesmo as frustrações de fundo intercultural, ou ainda para que essa situação possa ser estabelecida com sucesso. Tomando como base o conceito de comunicação intercultural de Ting-Toomey (1999), analisaremos os estereótipos construídos pelos alunos estrangeiros.

Sendo assim, destacamos também que o estudo dos estereótipos é um aspecto relevante no que se refere à comunicação intercultural, porque o desconhecimento da cultura do outro ou o pré-conceito podem gerar mal-entendidos e até mesmo conflitos interculturais.

## **2.3 Competências**

A fim de descrever os traços que apontam para um determinado nível de *competência* em PL2E vamos estabelecer um conceito de competência que possa ser atribuído de forma generalizada a qualquer falante de uma L2. Para tal, consideramos as formulações iniciais para o termo *competência* que têm como ponto de partida a noção de competência de Chomsky (1965).

Inicialmente, o uso do termo competência foi introduzido por Noam Chomsky (1965) que estabeleceu a dicotomia competência/desempenho. Para o autor, a competência está relacionada à gramática interna que o falante possui da língua materna. Chomsky (1965) entende a competência linguística como o conhecimento típico que o falante tem de uma determinada língua, isto é, do sistema linguístico.

### **2.3.1 Competência comunicativa**

Na década de setenta, Hymes (1972) introduziu, a partir de seus estudos etnográficos relacionados à cultura e à linguagem, o conceito de competência comunicativa. A noção de “competência social” de Hymes (1972) surge em oposição ao conceito chomskyano de “competência gramatical”. Dell Hymes (1972) afirma que a competência gramatical, assim como é percebida por Chomsky (1965), é insuficiente sem a competência comunicativa. Isto é, o fato de um enunciado ser gramatical não o torna socialmente apropriado.

O conceito apresentado por Hymes (1972) em estudos sociolinguísticos desenvolveu o que hoje chamamos de ensino comunicativo, desencadeando uma verdadeira revolução no ensino de línguas, tanto nos seus aspectos de preparação, de seleção de materiais para o ensino, como nos procedimentos pedagógicos no contexto de sala de aula.

Segundo Dell Hymes (1972, p. 54), para ser membro de uma comunidade de fala, é preciso partilhar de regras de fala e regras de interpretação. Nessa competência, o conhecimento social e cultural é o que o indivíduo necessita conhecer para se comunicar apropriadamente em uma comunidade de fala, considerando os contextos apropriados de uso. A competência comunicativa envolve o conhecimento não apenas do código, mas também do que dizer para quem e como dizer de forma apropriada em uma dada situação.

Hymes (1972) considera indispensáveis quatro questões sobre o comportamento linguístico ao se julgar competência, que são: o fato de ser possível, de ser factível em função dos meios existentes, de ser apropriado dentro de um determinado contexto e, finalmente, se esse comportamento ocorre realmente e com que consequências (REBELO, 2006, p. 59).

Costes (2002) afirma que a competência comunicativa é composta por cinco capacidades: a primeira é a lingüística, concernente aos constituintes e aos funcionamentos da língua, enquanto sistema linguístico; a segunda é a textual, referente aos discursos e às mensagens, enquanto sequências organizadas de enunciados; referencial: relativa a domínios de experiência e conhecimento; de relação: relativa às rotinas, estratégias, regulamentos de trocas interpessoais em função de posições, papéis e intenções dos participantes; e a última é a situacional, relativa a escolhas operadas pelos usuários da linguagem.

### **2.3.2 Competência intercultural**

Estudiosos como Byram (1990, 1997, 2001), Fred Jandt (1995, 2000), Kramsh (2004a, 2004b) e Geneviève Zarate (2005) apresentaram um conceito novo de um tipo de competência, a intercultural, relacionado diretamente à capacidade de os sujeitos (aprendentes de línguas) adquirirem e construírem significados compartilhados com outros que possuem diferentes identidades sociais e que sejam capazes de interagir em múltiplas identidades, respeitando a individualidade de cada um.

A competência intercultural é aquela através da qual as pessoas são capazes de interagir com indivíduos de outros países e culturas e que se expressam em uma língua estrangeira. De acordo com Byram (1997), desenvolver a competência intercultural é “ser capaz de negociar o modo de comunicação e interação que é satisfatório para o sujeito e para os outros interlocutores”. O conhecimento de outra cultura está relacionado à competência linguística através de habilidades de uso da língua apropriadamente e a ter uma consciência de significados específicos, valores e conotações da língua.

Byram (1997) defende, ainda, um novo sujeito aprendente que não pretende se igualar a um falante nativo ou adquirir uma outra identidade, mas sim estabelecer, com o contato com a alteridade e com o desenvolvimento de capacidades, relações entre diferentes culturas, interpretando e colocando-se como um mediador de universos diferentes que tem como elo a atividade linguística.

Uma característica a ressaltar do processo de aquisição da competência comunicativa intercultural é que o sujeito que a desenvolve tem um alto nível de consciência não só em relação ao mundo onde vive, mas também referente à sua própria cultura e à do outro. Por isso, esse sujeito, ao participar de um encontro intercultural, é capaz de negociar significados da cultura do outro.

Berwig (2004) define competência intercultural como “uma questão de atitude ante outras culturas” e diz que o objetivo do desenvolvimento dessa competência é a redução do etnocentrismo, o desenvolvimento de formas de compreensão geral das culturas e a modificação da atitude do aprendiz, formando posicionamentos mais positivos e abertos.

Kramersch (2004a, p. 181) utiliza o termo competência cultural e a caracteriza como: “the ability to behave like someone else is no guarantee that one will be more easily accepted by the group who speaks the language, nor that mutual understanding will emerge”<sup>15</sup>. De acordo com a autora, adquirir a competência cultural de um nativo não assegura ao estudante estrangeiro a integração social no país em que essa língua nativa é falada.

Para nossa pesquisa, o conceito de competência intercultural é muito relevante, principalmente o de Byram, que considera que o falante não nativo que desenvolve a competência intercultural tem um alto grau de consciência da sua

---

<sup>15</sup> A habilidade de se comportar como outra pessoa não garante que essa pessoa será aceita facilmente pelo grupo que fala a língua ou que o entendimento mútuo acontecerá.



perspectiva cultural no mundo, percebendo e respeitando, a partir disso, as diferenças e semelhanças da cultura do outro.

## 2.4 Estereótipos

Há certa confusão nos estudos sobre comunicação intercultural no que diz respeito às noções de generalizações culturais e estereótipos. Os estereótipos sobre um país são normalmente vistos como demonstrações de julgamento ou atitudes negativas. No entanto, os alunos são encorajados a desenvolver uma consciência sensitiva de diferenças culturais, o que pressupõe algumas formas de generalizações. O grande perigo é quando generalizamos essas diferenças de forma absoluta, assumindo que elas são aplicáveis a qualquer membro de uma determinada cultura. (TUSTING & CRAWSHAW & CALLEN, 2002). Os autores afirmam que existe uma consciência dos alunos aprendizes de uma língua estrangeira de que estereotipar deve ser evitado e, por isso, utilizam formas atenuadas para falar da cultura do outro país. Desse modo, podemos notar que os alunos que estudam uma língua estrangeira, mesmo de forma inconsciente, tentam minimizar os efeitos das crenças que possuem em relação à cultura do outro.

Normalmente criamos estereótipos (positivos ou negativos) ao pensarmos que estamos lidando com um grupo que partilha exatamente as mesmas características. Entretanto, generalizar um tipo de comportamento é um exercício que deve ser feito para facilitar os estudos de comunicação intercultural.

However, he acknowledges also that ‘Despite the problems with stereotypes’ it is necessary in intercultural communication to make *cultural generalizations*, without which we may either assume that every person acts in completely unique way, or rely inordinately on (culturally conditioned) common sense to direct communicative behaviour.<sup>16</sup> (TUSTING & CRAWSHAW & CALLEN, 2002, p. 653.)

---

<sup>16</sup> Entretanto, ele também reconhece que ‘apesar dos problemas com os estereótipos é necessário numa comunicação intercultural fazer generalizações culturais, sem as quais não podemos considerar que os atos de cada pessoa são completamente únicos ou nos basear excessivamente no senso comum (culturalmente condicionados) para comportamento comunicativo direto.

Pereira (2002) apresenta uma trajetória histórica sobre os conceitos e os estudos na área da Psicologia Social a respeito dos estereótipos. Na abordagem da cognição social, uma das mais recentes, Leyens (1994), Yzerbyt (1997) e Schadron (1997) apud (PEREIRA, 2002, p. 46) “consideram os estereótipos como crenças compartilhadas sobre atributos pessoais, especialmente traços de personalidade, como também sobre comportamentos de um grupo de pessoas”. Ao mesmo tempo os autores conceituam a estereotipação como um processo de aplicação de um juízo estereotipado a um indivíduo, de modo a apresentá-lo como portador de traços intercambiáveis com membros de uma mesma categoria. Nessa abordagem, os estereótipos passaram de generalizações indevidas utilizadas por preconceituosos a processos comuns do dia-a-dia, empregados por indivíduos que lidam com um ambiente social heterogêneo.

Conforme Pereira (2002), cabem aos estereótipos uma série de funções socialmente demarcadas, por isso devemos caracterizá-los tomando como base uma perspectiva multidimensional. Dentre os fatores para a caracterização, temos o consenso, a homogeneidade, a distintividade e os fatores descritivos e avaliativos. Estes últimos fatores são de extrema relevância para o nosso estudo.

O autor afirma que existe um consenso entre as definições acerca da estereotipização e os estereótipos. Estes seriam produtos partilhados largamente dentro de um grupo social, e aquela seria um processo individual, ou seja, o próprio indivíduo construiria a sua percepção do outro. No que concerne à homogeneidade, as avaliações estereotipadas possuiriam traços comuns, capazes de servir a todos de um mesmo grupo. Esse caráter homogêneo está relacionando diretamente a outro fator, a distintividade, pois, se percebemos traços afins de um grupo, podemos então diferenciá-lo de outros grupos.

Em relação aos últimos fatores, segundo Pereira (2002), os elementos descritivos e avaliativos têm sido vastamente empregados não somente para descrever comportamentos e traços de um determinado grupo social, mas também para se referir aos atributos positivos ou negativos de específicas categorias sociais (por exemplo, o paulista trabalhador e o baiano festeiro). O autor não considera os estereótipos como preconceitos, no entanto afirma que eles possuem um forte elemento avaliativo que não pode, de forma alguma, ser desprezado.

O autor exemplifica que, se tratarmos, sob uma perspectiva avaliativa, os japoneses como indivíduos que possuem um órgão sexual minúsculo, e os

portugueses como indivíduos cognitivamente limitados, e se essas crenças estereotipadas forem largamente partilhadas de maneira significativa capazes de gerar atitudes negativas, ou mesmo preconceituosas, realmente devemos repensar essas imagens, pois elas não são tão simples assim. Nesse sentido, Pereira (2002) estabelece duas perspectivas para a concepção dos estereótipos. A primeira está ligada à noção individualista, isto é, os estereótipos são estruturas representadas dentro de mentes individuais, e a segunda perspectiva, à noção contextualista voltada para os elementos intrínsecos da própria sociedade os quais são compartilhados por todos os membros que convivem no interior de uma mesma cultura. A partir dessas perspectivas, o autor acredita que os estereótipos são aprendidos e mudados a cada contato direto entre membros de diversos grupos (WORCHEL & ROTHBERG, 1997).

No plano metodológico, Pereira (2002) apresenta os principais métodos utilizados no estudo dos estereótipos. Um dos primeiros foi o pictórico iniciado por Lippman (1922), que considerava que os estereótipos seriam fotografias dentro da cabeça e, com isso, os psicólogos poderiam empregar recursos pictóricos para reconhecer os estereótipos. Já na década de trinta, a técnica utilizada foi a do *checklist* (KATZ & BRALY, 1935), que consistia na obtenção dos dados através do auto-relato.

Outro método voltado para os estereótipos foi a escala de distância social de Bogardus. Nesse instrumento, o participante tinha de indicar o tipo de relacionamento que aceitaria manter com pessoas de diversas categorias sociais, e o resultado dessa pesquisa era dado através de inferências de informações sobre os preconceitos. O método das porcentagens e as suas variações foram um aperfeiçoamento do método de Katz e Braly (1935). Um dos representantes desse método foi Brigham (1971), que solicitou aos participantes que indicassem, em uma escala que vá de 0 a 100%, a porcentagem dos membros de uma determinada categoria social que apresentava um dado traço.

A partir da década de sessenta, os estudos de estereótipos tiveram uma forte influência da Psicologia Social, mais detidamente na perspectiva da cognição social, entretanto somente na década de oitenta é que o estudo realmente se voltou para a abordagem cognitivista. O método que contemplava essa nova perspectiva era o *priming* (KATZ & HASS, 1988; BARGH & CHARTRAND, 2000). Esse instrumento metodológico sustenta-se, de acordo com Pereira (2002, p. 66), na

hipótese de que “as categorias relativas aos grupos sociais, uma vez ativadas de forma automática e sem consciência, influenciam de forma direta os afetos e os estereótipos associados ao grupo categorizado”. Existem dois tipos de *priming* que vêm sendo utilizados nas pesquisas acerca dos estereótipos: o semântico e o *mindset*. Este último, ao contrário do conceitual, “exige que o participante se envolva em uma atividade ou ato mental absolutamente intencional e consciente e que transponha para um outro contexto o ato realizado anteriormente” (PEREIRA, 2002, p. 71). O principal trabalho envolvendo esse método foi de Gollwiter, Heckhausen e Steller (1990).

No que diz respeito à formação dos estereótipos, Pereira (2002) mostra três planos para o surgimento deles: o cognitivo, o afetivo, o motivacional e o social. No primeiro plano, os estereótipos se manifestam quando o percebedor reconhece um conjunto de pessoas como componentes de uma categoria e é capaz de estabelecer a diferença de tal categoria dos demais grupos. Já o plano afetivo está relacionado ao desenvolvimento de atitudes negativas e positivas no simples contato entre grupos. Por sua vez, no plano motivacional, a construção de estereótipos negativos em relação a outros grupos sociais se dá pela necessidade dos indivíduos de resolver e lidar com seus conflitos, inseguranças e descontentamentos. Os estudos sobre o desenvolvimento da criança, no plano social, identificam de modo claro que há atribuição diferencial de componentes positivos e negativos. Essa identificação é um elemento básico da percepção social, pois desde cedo crianças já associam seus grupos a características positivas. Por fim, temos os mecanismos culturais, que estão relacionados à própria aprendizagem social, ou seja, a criança já é exposta a informações dadas pelos seus pais.

O autor finaliza afirmando que os estereótipos são artefatos humanos que são construídos socialmente e transmitidos de geração para geração, não só pelo contato direto entre os diversos agentes sociais, como também formados e reforçados pelos meios de comunicação, que têm capacidade de modificar as impressões acerca dos grupos sociais. Cabe ressaltar que Pereira (2002) trabalha os estereótipos voltados para categorias sociais dentro um grupo, apesar de dar exemplos, em alguns momentos, com indivíduos de países diferentes. Em síntese, o estudo do autor não está relacionado diretamente à comunicação intercultural, mas seus conceitos e discussões são relevantes para o entendimento da construção

de estereótipos, uma vez que sinalizam para o processo cognitivo natural de qualquer ser humano.

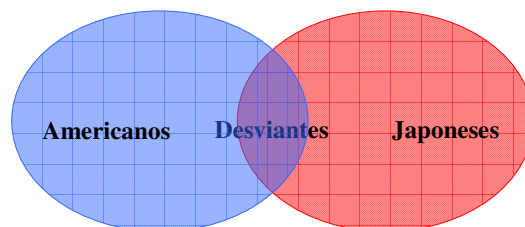
Para Bennett (1993), os estereótipos surgem quando nós agimos como se fôssemos membros de um grupo ou de uma cultura com a qual compartilhamos as mesmas características, isto é, qualquer membro de um grupo pode ser “tachado” como tendo uma característica, que pode envolver raça, religião, etnicidade, idade ou gênero. A partir do momento em que se assume essa característica e ela é compartilhada pelos membros de determinado grupo, pode ser que seja vista com respeito, constituindo um estereótipo positivo. Entretanto, se for tratada com desrespeito, torna-se um estereótipo negativo. Segundo Bennett (1993), tanto o estereótipo positivo quanto o negativo são problemáticos numa comunicação intercultural, pois podem dar uma falsa percepção dos padrões dessa comunicação. Além disso, os estereótipos satisfazem nossas “profecias” em relação ao modo seletivo com que observamos os outros, confirmando nossos preconceitos.

O autor assevera, porém, que é necessário, na comunicação intercultural, fazer generalizações culturais, principalmente porque há aspectos culturais que devem, sim, ser generalizados. Bennett (1993) explica que essas generalizações podem ser feitas ao mesmo tempo que devem ser evitados os estereótipos. Um exemplo de generalização cultural seria a de que os americanos são mais individualistas, e os japoneses são mais coletivistas. Contudo, Bennett (1993) ressalta que existem japoneses que possuem uma tendência individualista assim como há americanos com um senso coletivo. Essas exceções são entendidas, para o autor, como “desviantes<sup>17</sup>”, ou seja, na distribuição dessas generalizações (individualista X coletivista) haveria uma área comum, uma interseção entre essas duas características. Essa área representaria os japoneses e americanos considerados membros desviantes da tendência central dessas culturas.

---

<sup>17</sup>Membros de uma determinada cultura que não se enquadram inteiramente nas características da sua própria cultura.

Figura 1 (Adaptação do gráfico de BENNETT, 1993, p. 7)



O autor ainda divide os estereótipos em dedutivos e indutivos. Os primeiros ocorrem quando assumimos que as generalizações culturais são aplicadas para cada indivíduo da cultura. Para Bennett (1993), as generalizações deveriam ser utilizadas como uma tentativa e como uma construção de hipóteses que precisam ser testadas em cada caso em particular. Já no segundo tipo de estereótipo, o autor assevera que construímos de forma indutiva quando tomamos como base o contato com um único membro de uma cultura e, a partir desse membro, generalizamos as características dessa cultura, sem levar em consideração a totalidade dos indivíduos pertencentes a ela.

[...] we may inappropriately assume some general knowledge about Mexican culture base don having met one or a few Mexicans. This assumption is particularly troublesome, since initial cross-cultural contacts may often be conducted by people who are deviant in their own cultures.<sup>18</sup> (BENNETT, 1993, p. 7.)

Bennett (1993) finaliza dizendo que, num contato “cross cultural” inicial, os aspectos culturais que aparecem durante esse contato não podem ser reduzidos aos padrões culturais do grupo daquele indivíduo, ou mesmo, à imagem imediata construída, pois só a averiguação através de uma pesquisa poderá nos mostrar traços considerados predominantes naquela cultura.

Stewart e Bennett (1991) apresentam as implicações do etnocentrismo americano, dizendo que muitas dificuldades que aparecem num evento da

<sup>18</sup> [...] nós podemos inapropriadamente achar que temos um conhecimento geral sobre a cultura mexicana por termos conhecido um ou mais mexicanos. Isso é particularmente problemático porque nos primeiros contatos ‘cross cultural’ podemos frequentemente sermos conduzidos por pessoas que são consideradas desviantes em suas próprias culturas.

comunicação intercultural são decorrentes dos obstáculos criados pelo etnocentrismo, ou seja, idéia centralizada numa determinada cultura. Os autores dizem que, quando alguém considera central sua própria cultura, a realidade, os valores, as suposições e normas comportamentais dessa cultura podem ser elevados à posição de verdade. Essa definição implica dizer primeiramente que opiniões etnocêntricas de alguém em relação à sua própria cultura moldam um senso social de identidade restrito, ou seja, estreito, defensivo. Em segundo lugar, o etnocentrismo normalmente envolve a percepção de membros de outras culturas em termos de estereótipos. Por último, a dinâmica etnocêntrica é semelhante a um julgamento comparativo. Essa ação é feita entre alguém de sua própria cultura e outro indivíduo de outra cultura considerada inferior à cultura do primeiro.

Em decorrência disso, Stewart e Bennett (1991) afirmam que o etnocentrismo pode simplesmente tratar a outra cultura como uma desviante da realidade ou como uma variação dela. Ou ainda os padrões de outras culturas podem ser totalmente ignorados pelo modo de os americanos se perceberem. A visão etnocêntrica é composta por estereótipos, segundo os autores, que simplificam a percepção social do outro, utilizando crenças rígidas de que todos os membros de uma cultura compartilham as mesmas características, e, portanto, as mudanças em relação a essas suposições etnocêntricas são evitadas.

Os autores finalizam afirmando que a própria consciência cultural é necessária, assim como o conhecimento de padrões predominantes e suas variações dessa cultura.

Scollon e Scollon (1995) afirmam que toda descrição cultural equilibrada deve levar em conta os temas culturais em sua total complexidade. Por isso, quando um desses temas é ressaltado, e sendo-lhe atribuído algum valor, tanto positivo quanto negativo, para os autores, isso seria chamado de ideologia cultural, e não de descrição cultural. Cumpre salientar que a ideologia cultural, segundo os autores, são afirmações ideológicas que enfocam contrastes simplistas entre grupos culturais.

Os autores ainda esclarecem que os estereótipos vêm à tona quando alguém acha que quaisquer duas culturas ou grupos sociais podem ser usados como se fossem dois pólos opostos. Um exemplo que ilustra essa situação é considerar que os asiáticos são indutivos nas estratégias discursivas, e os ocidentais são dedutivos. Segundo os autores, essas afirmações constituiriam uma ideologia

cultural, isto é, os estereótipos surgiriam dessa ideologia. O que se pode afirmar, afinal, em relação às culturas é que, em todas, há o emprego de estratégias que podem ou não diferir umas das outras. Além de tudo, tais afirmações não reconhecem o fato de que, em muitas situações, os asiáticos podem utilizar estratégias dedutivas, enquanto os ocidentais também empregam o recurso indutivo.

De acordo ainda com os autores, os estereótipos destacam contrastes reducionistas entre grupos culturais, isto é, as ideologias surgem ao se enfocarem em membros individuais de grupos de uma determinada cultura. A estereotipação é um modo de pensar que não vê diferenças internas dentro de um grupo e que não identifica exceções.

De acordo com Scollon e Scollon (1995, p. 156), os estereótipos “limit our understanding of human behavior and of intercultural discourse because they limit our view of human activity to just one or two salient dimensions and consider those to be the whole picture”.<sup>19</sup> Em síntese, o uso de estereótipos perpetua ideologicamente uma visão limitada dos indivíduos e grupos de uma determinada cultura a fim de legitimar tratamentos preferenciais e discriminatórios, utilizados principalmente por aqueles que detêm o poder político.

Cabe ressaltar que, para os autores mencionados, o estereótipo é um obstáculo para o sucesso da comunicação intercultural, uma vez que não deixa perceber as verdadeiras diferenças que existem entre os membros de grupos culturais diferentes. A forma mais prejudicial de estereótipo, entretanto, é aquela denominada estereótipo negativo. Essa forma vê a diferença ideológica e artificial como um problema para a comunicação.

Para os autores, o estereótipo negativo seria constituído de quatro passos: o primeiro seria o contraste de duas culturas ou dois grupos baseado em poucas dimensões; depois a visão do estereótipo negativo como um problema, ou mesmo, um obstáculo para a comunicação; em seguida, a atribuição de um valor positivo ou negativo a um grupo em detrimento de outro grupo; e o último passo seria a regeneralização do processo ao grupo inteiro, reforçando o contraste binário, identificando a característica de um grupo como negativa.

---

<sup>19</sup> Limita nosso entendimento de comportamento humano e de discurso intercultural porque eles limitam nossa visão da atividade humana a uma ou duas dimensões salientes apenas, considerando-as como gerais.



Scollon e Scollon (1995, p. 161) apresentam o estereótipo positivo, dizendo que ocorre “[...] when the person making the categorization takes the characteristics he or she used to make the stereotyping as positive, while negative stereotyping results when the basis of comparison was considered to be negative.”<sup>20</sup> Os autores denominam os estereótipos positivos como falácia da solidariedade, que consiste em fazer categorizações de membros de grupos diferentes e achar que são idênticas.

Para os autores, a solução do problema da estereotipação ou supersimplificação seria comparar os grupos levando em consideração tanto as semelhanças quanto as diferenças, baseando-se em mais de uma dimensão de contraste. Ressalta-se, ainda, que nenhum indivíduo de uma determinada cultura reúne todas as características dos membros dessa cultura.

Assim, os autores consideram que os estereótipos, tanto positivos como negativos, servem somente como barreiras para o êxito da comunicação intercultural, já que não deixam o analista enxergar as reais áreas de diferenças.

Segundo Brown (2000), o domínio afetivo numa aprendizagem de uma segunda língua e do contexto cultural dessa língua envolve cinco aspectos, a saber: problemas de estereótipos culturais, atitudes, aquisição de uma segunda cultura, considerações sócio-políticas e a relação entre língua, pensamento e cultura. Trataremos especificamente do primeiro aspecto.

O autor mencionado afirma que os estereótipos podem ser formados de dois modos: o primeiro está relacionado à adoção de uma atitude positiva e aberta no que diz respeito às diferenças entre as culturas. Já o segundo modo é aquele em que a visão referente às diferenças é fechada e, conseqüentemente, o resultado dessa atitude é a manutenção do estereótipo, isto é, uma supersimplificação e suposições. Enfim, nesse modo, o estereótipo é responsável por mostrar características de um determinado grupo cultural e transferi-las para um indivíduo, recorrendo unicamente à base de seus membros culturais.

Para Brown (2000), o estereótipo pode estar correto ao retratar um típico membro de uma cultura, mas é incorreto quando descreve um indivíduo particular, simples, porque cada pessoa é única, e todos os comportamentos e

---

<sup>20</sup> [...] quando a pessoa que faz a categorização toma as características que ele ou ela costumavam fazer de um estereótipo positivo, enquanto os resultados dos estereótipos negativos são quando a base da comparação for considerada negativa.

características do ser humano não podem ser corretamente previstos na base de uma supergeneralização. Ao julgar um membro de uma determinada cultura por traços totais dessa cultura, estaríamos prejudgando e fazendo juízo de valor a cada indivíduo. O autor assevera, ainda, que os estereótipos podem desvalorizar potencialmente pessoas de outras culturas, mas reconhece que a pesquisa “cross cultural” tem apresentado características que existem realmente numa dada cultura que difere de outras.

O autor supramencionado conclui que aprendizes e professores de uma segunda língua precisam entender diferenças culturais para reconhecerem que os indivíduos não são todos os mesmos “debaixo da mesma pele”. Finaliza, também, que existem reais diferenças entre grupos e culturas e, por isso, devemos percebê-las, apreciá-las e, acima de tudo, respeitar o valor de cada ser humano.

Barna (1998) explica os motivos de tentativas frustradas na comunicação intercultural. Diz, ainda, que poucas pessoas estão preparadas para o encontro intercultural, principalmente porque o cenário internacional vive constantes mudanças, revelando novos tipos de relacionamento entre indivíduos.

O autor expõe seis obstáculos que interferem no sucesso da comunicação intercultural: suposições de similaridades, diferenças linguísticas, más interpretações não verbais, preconceitos e estereótipos, tendências avaliativas e alta ansiedade. Especificamente nos deteremos nos obstáculos referentes aos preconceitos e estereótipos.

Para Barna (1998, p. 181), os estereótipos são supergeneralizações, ou seja, “secondhand beliefs that provide conceptual bases from which we make sense out of what goes on around us, whether or not they are accurate or fit the circumstances”<sup>21</sup>. Além disso, afirma que os estereótipos são psicologicamente necessários até certo ponto, já que não toleramos a ambiguidade ou a incapacidade da nossa própria inabilidade de compreender e interagir com pessoas e situações que vão além de nosso entendimento.

Barna (1998) considera os estereótipos como um obstáculo, pois eles interferem no estímulo da visão objetiva de uma cultura e persistem uma vez que são firmemente estabelecidos como mitos de sua própria cultura, prejudicando algumas vezes a racionalidade. Conclui o autor que o encontro intercultural requer

---

<sup>21</sup> Crenças indiretas que fornecem base conceitual com as quais fazemos sentido do que acontece a nossa volta, sendo ou não precisas ou se adequando às circunstâncias.

maior atenção para detalhes situacionais e também consciência dos obstáculos para conseguir evitá-los.

El-Dash e Busnardo (2001) afirmam que os estereótipos estão relacionados a aspectos relevantes no processo de aquisição da linguagem, assim como estão o papel da identidade social e sistema de valores. Para as autoras, qualquer categorização de um grupo envolve um estereótipo.

Com base no que foi exposto, percebemos que os autores citados apresentam alguns traços comuns em relação aos estereótipos. O primeiro seria a própria divisão entre estereótipos positivos e negativos. Outro traço é a opinião de que a construção de estereótipos por alunos estrangeiros pode prejudicar o sucesso na comunicação intercultural. Em nossa pesquisa, adotaremos os conceitos de estereótipos positivos e negativos (BENNETT, 1993; SCOLLON & SCOLLON, 1995), analisaremos ainda os estereótipos tomando como base o processo cognitivo de Pereira (2002) e não ignoraremos que existem estereótipos e que eles fazem parte da interação entre grupos sociais de uma mesma cultura e também de culturas diferentes.

Em suma, o estudo dos estereótipos possui uma grande complexidade, em virtude da existência de fatores afetivos que envolvem a visão estereotipada de uma determinada cultura. Assim, essa visão acaba não só por dificultar a eficiência da comunicação intercultural, mas também a competência intercultural do indivíduo que está aprendendo uma determinada língua, ou mesmo interagindo com pessoas de grupos culturais diferentes.

## **2.5**

### **Aspectos da cultura brasileira**

Aprender uma língua não é apenas se apropriar do conhecimento linguístico, mas sim perceber que esse processo de aprendizagem é composto de aspectos sociais, pragmáticos e culturais. Dessa maneira, é preciso que o aprendiz possua conhecimentos que vão além da estrutura linguística; um deles seria relacionado aos aspectos culturais da língua que está sendo aprendida. Pensando nisso,

podemos dizer que a sociedade brasileira é reconhecida por características particulares que a identificam pelos seus comportamentos e manifestações sociais.

### 2.5.1 Proximidade nas relações sociais

A proximidade corporal numa interação, ou mesmo o toque, elemento extralinguístico é imprescindível para se compreender como os brasileiros interagem no meio social. Essa proximidade entre os corpos ou esse toque nos braços, ou nos ombros, podem ser interpretados por outras culturas como uma invasão de privacidade ou intromissão na intimidade do outro.

A questão da proximidade nas relações sociais do brasileiro é discutida por Harrison (1983) quando ele assevera que essa característica se apresenta através da distância menor entre os corpos e também do toque, do abraço, dos beijos, ou mesmo em forma de tapinhas nas costas e nos ombros numa interação.

The observation that Latin Americans show great appreciation for close proximity and body contact has become commonplace, and most Americans are aware that while in Latin America they should expect to be much closer to others than they are used being.

.....  
The Brazilian inclination toward touching shows dramatically (or at least shows dramatically to North American) during conversation.<sup>22</sup>  
(HARRISON, 1983, p.20)

Essa proximidade pode ser explicada pela necessidade que o brasileiro tem de estabelecer um contato mais íntimo e pessoal com o outro. DaMatta (1997a) diz que a sociedade brasileira apresenta dois espaços simbólicos bem representativos: a casa e a rua. Para o autor, as relações que ocorrem na casa representam o sossego, a família, os amigos íntimos. Por outro lado, as relações da rua reproduzem a agitação, o trabalho, a insegurança. Fala ainda a respeito desses espaços:

---

<sup>22</sup> O fato de que os latino-americanos adoram aproximação e o contato físico se torna um senso comum. A maioria dos americanos são conscientes de que quando estiverem na América Latina, eles devem esperar uma aproximação maior dos outros do que estão acostumados. A inclinação brasileira ao toque é mostrada visivelmente durante uma conversa (ou pelo menos ela é altamente visível pelos americanos).

Leituras pelo ângulo da casa ressaltam a pessoa. São discursos arrematadores de processos ou situações. Sua intensidade emocional é alta. Aqui, a emoção é englobadora, confundindo-se com o espaço social que está de acordo com ela. Nesses contextos, todos podem ter sido adversários ou até mesmo inimigos, mas o discurso indica que também irmãos porque pertencem a uma mesma pátria ou instituição social. Leituras pelo ângulo da rua são discursos muito mais rígidos e instauradores de novos processos sociais. É o idioma do decreto, da letra dura da lei, da emoção disciplinada que, por isso mesmo, permite a exclusão, a cassação, o banimento, a condenação. (DAMATTA, 1997a, p. 19)

Meyer (2001, p. 4) afirma que o brasileiro “na tentativa de reproduzir, no espaço da rua, as relações de intimidade da casa faz com que o brasileiro fale mais próximo do outro do que é confortável para maioria dos povos e essa proximidade se estende ao contato corporal.”

Na verdade, é comum no Brasil as pessoas se tocarem, não só ao se cumprimentarem, mas também numa interação sem esse propósito. Além do mais, há uma tendência, mesmo em outras situações, à proximidade dos corpos como, por exemplo, entre desconhecidos em espaços públicos.

Se pensarmos numa comunicação intercultural, essa proximidade corporal dada pelo brasileiro pode ser interpretada de maneira negativa por outras culturas, como a americana: os americanos preferem certo distanciamento físico durante uma conversa. Hall (apud SINGER, 1998, p. 119) aponta, como uma das diferenças dos americanos para os latino-americanos e árabes, a questão da distância corporal do discurso e a personalidade na interação.

[...] North Americans are comfortable standing somewhere between twenty-one inches and four to five feet from another person when discussing something (the more impersonal the subject matter, the greater the distance required), while Latin Americans and Arabs prefer standing no more than a foot apart if subject is the least bit personal.<sup>23</sup>

Ainda destacando a dicotomia entre a casa e a rua, observa-se que a rua é o lugar onde se deve ter o cuidado para não violar as regras, ou mesmo hierarquias. Nela, ocorrem o engano, a decepção e, sobretudo, a malandragem, ao passo que a casa é o espaço onde as relações sociais possuem maior intimidade e menor distância social.

<sup>23</sup> Os americanos se sentem confortáveis ficando de pé ao lado de alguém com uma distância de 52,5 cm a 150 cm, quando estão conversando (quanto maior o nível de impessoalidade, maior é a distância). Enquanto isso, os latino-americanos e árabes se posicionam a uma distância de 30 cm e não mais se assunto for pelo menos um pouco pessoal.

Outra característica muito comum do brasileiro é o costume de cumprimentar pessoas através do aperto de mão entre os homens e dois beijos no rosto entre as mulheres, ou mesmo, entre um homem e uma mulher. Ressalta-se que, de modo geral, esse beijo é dado no ar ou na face de outra pessoa. Harrison (1983) afirma que esses cumprimentos representam formas de cortesia. É relevante salientar que o Brasil é um país de grande extensão territorial, logo, podemos concluir que há variantes no modo de cumprimentar de uma região para outra, mas, de alguma forma, haverá sempre a proximidade física.

Harrison (1983) ressalta ainda que os brasileiros, em um encontro com os amigos, tendem a se demonstrar entusiasmados, outra característica da proximidade que se revela na descontração e alegria da conversa entre amigos (SOUSA, 2002).

Por fim, podemos considerar que a proximidade nas relações sociais é um aspecto de um comportamento cultural que se apresenta diferente em cada cultura.

## **2.5.2 Indivíduo e pessoa no Brasil**

Antes de distinguirmos as noções de indivíduo e pessoa, discutiremos um aspecto marcante na cultura brasileira, o “sabe com quem está falando?”, que contém dois traços relevantes, segundo DaMatta (1997b): o primeiro é que a expressão é quase sempre considerada como algo escuso e ilegítimo à disposição dos brasileiros; o segundo traço é que o uso dessa expressão está vinculada a uma situação de conflito.

DaMatta (1997b) fala também que a expressão foge dos padrões da “malandragem”, do “jeitinho” e da “cordialidade”. Esse aspecto cultural tem relação com o mundo da rua, quase sempre empregado como um recurso que faz parte do “mundo real” e da “dura realidade” dos brasileiros.

Na verdade, o “sabe com quem está falando?” é uma característica cultural que os brasileiros tentam evitar, pois acaba revelando um lado negativo do povo, indicando uma situação de conflito, evitada de certo modo, por quebrar a harmonia do sistema social. De acordo com DaMatta (1997b), os aspectos que são

tomados como positivos por nós são abertamente apresentados, como o próprio carnaval, enquanto o que é tomado como individual e hierarquizado é escondido como, por exemplo, o “sabe com quem está falando?”. Isso, certamente, revela uma dicotomia de uma sociedade voltada para o universal e o cordial e a descoberta do particular e hierarquizado. O autor acrescenta, ainda, em relação à dicotomia:

É como se alguns fatores sempre estivessem presentes em nossa sociedade: primeiro, a necessidade de divorciar a regra da prática: segundo, a descoberta de que existem duas concepções da realidade nacional: uma delas é a visão de mundo como foco de integração e cordialidade, a outra é a visão do mundo como feito de categorias exclusivas, colocadas numa escala de respeitos e deferências. (DAMATTA, 1997b, p. 186)

Vale salientar que essa prática mostra a regra sendo violada e evidencia também que existem certas irregularidades no cotidiano brasileiro. Essa violação da regra se dá normalmente pelos grupos que detêm o poder, ou que se valem do poder de outros para imprimirem a autoridade desejada. Além disso, o autor afirma sobre a expressão, que:

[...] por chamar a atenção para o domínio básico da pessoa (e das relações pessoais), em contraste com o domínio das relações impessoais dadas pelas leis e regulamentos gerais, acaba por ser uma fórmula de uso pessoal, desvinculada de camadas e posições economicamente demarcadas. Todos têm direito de se utilizar do ‘sabe com quem está falando’, e mais, sempre haverá alguém pronto a recebê-lo (porque é inferior) e pronto a usá-lo (porque superior). (DAMATTA, 1997b, p. 195)

De acordo com o autor, procuramos esconder essa característica dos estrangeiros ou daqueles que não conhecem esse recurso, omitindo, dessa forma, um aspecto cultural largamente empregado em situações conflitivas, pois os brasileiros são contrários às crises, ou seja, à discórdia, ao conflito aberto. Para a identificação dessas situações conflitivas em que há o uso da expressão “sabe com quem está falando”, DaMatta (1997b) realizou uma coleta de dados sendo os pesquisados: seus alunos, conhecidos e entrevistados casuais. O resultado revelou cinco situações onde poderia se dar a expressão, são elas: quando sua autoridade sentir-se ameaçada ou diminuída; ao desejar a imposição de forma cabal e definitiva de seu poder; perceber, consciente ou inconscientemente, no seu

interlocutor a possibilidade de inferiorizá-lo em relação ao seu status social; se a pessoa é interiormente fraca ou sofre de complexo de inferioridade; e quando o interlocutor, de alguma forma, é percebido como uma ameaça ao cargo que ocupa. Seguem dois casos que apresentam o “sabe com quem está falando?”:

1. Num parque de estacionamento de automóveis, o guardador diz a um motorista que não há vaga. O motorista, entretanto, insiste dizendo que as vagas estão ali. Diante da negativa firme do guardador, o motorista diz irritado: ‘Sabe com quem está falando?’, e revela sua identidade de oficial do Exército. [...]

5. Na ante-sala de um gerente de banco, algumas pessoas esperam por sua vez. Entra um senhor, e, após esperar com impaciência alguns minutos, diz num vozeirão: ‘sabe com quem está falando? Sou fulano de Tal!’ A secretária, nervosa, vai imediatamente ao gerente, ele logo depois é atendido. (DAMATTA, 1997b, p. 208.)

Passaremos a tratar as distinções entre indivíduo e pessoa. O autor citado acima distingue o sistema social brasileiro em dois níveis: o primeiro, voltado para as leis e a repressão, representando, dessa maneira, o modo impessoal e burocrático (indivíduo); já o segundo refere-se ao código das relações pessoais, tomando como vertente o “jeitinho, a malandragem e a solidariedade” como formas de agir (pessoa).

No que concerne à noção de pessoa, as relações sociais merecem um tratamento diferenciado e ainda solidário, enquanto a noção de indivíduo remete à “igualdade”, ao “individualismo”. O universo do indivíduo estaria fundamentado diretamente nas regras de respeito e da honra. Esse universo é constituído principalmente pela impessoalidade das leis, decretos e regulamentos, ou seja, na própria aplicação prática desses mecanismos do Estado. Dessa forma, percebemos que a lei é feita para ser cumprida pelos indivíduos. Já no universo da pessoa, temos valores básicos como bondade e caridade, isto é, todos são respeitados. “É nesse sistema de pessoas, [...] segmentado em famílias, grupos compactos de profissionais, bairros e a famosa ideologia ariana e racista que hierarquiza nossas relações entre pessoas [...]”.(DAMATTA, 1997b, p 232.)

É relevante salientar que, no sistema social brasileiro, “as leis só se aplicam aos indivíduos e nunca às pessoas”. Com isso, nota-se que as leis no Brasil não servem apenas para dirimir conflitos e colaborar na organização da sociedade, como também para aprisionar uma camada da população no seguimento dessas normas, não fazendo, no entanto, que “pessoas bem relacionadas” (relações com



pessoas poderosas tais como deputado, advogado, oficial da Forças Armadas, secretário do Estado, etc, ou ainda parente ou amigo ligado a um “figurão”) cumpram a lei. O que se vê é que as relações pessoais tornam-se cada vez mais fortes e presentes, à proporção que as regras criadas tornam-se ineficazes, visto que elas não são aplicadas de forma democrática. (DAMATTA, 1997b).

É nessa dicotomia indivíduo/ pessoa que observamos o que ocorre com um grupo que não dispõe de mediadores, padrinhos, pistolões ou mesmo patrões; esse grupo constituirá o mundo dos indivíduos, e estes estarão submetidos à aplicação rigorosa da lei.

DaMatta (1997b, p. 245) esclarece que “podemos estudar os processos sociais de forma separada, como o “banditismo social, o messianismo, a malandragem e a violência urbana [...] todos estão atualizando, em maior ou menor grau, as possibilidades de se passar de um universo pessoalizado a um mundo individualizado”.

Cumpramos lembrar, também, que decidimos por empregar como categoria de análise dos dados o paradoxo estabelecido no universo da pessoa e do indivíduo relacionados diretamente aos dois eixos já discutidos por DaMatta (1997a, 1997b, 2000): a casa e a rua. Na casa, as relações estão marcadas pelo domínio da pessoa, ou seja, as pessoas estão protegidas pela família, ou melhor, pelos laços de sangue e afetividade. E ainda na família, passamos a indivíduos quando recebemos nosso nome, que nos liga ao mundo pelo trabalho, pelas leis.